



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MECIAS DE JESUS



SF/21260.57657-01

EMENDA Nº , DE 2021.

(ao PLP nº 134, de 2019)

O inciso VIII do artigo 3º do Projeto de Lei Complementar nº 134, de 2019 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º.

.....
VIII - prevejam, em seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidades beneficentes certificadas ou a entidades públicas, preferencialmente, com fins idênticos ou semelhantes.
.....

II-

a) nenhum dirigente remunerado poderá ser cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de instituidores, de associados, de dirigentes, de conselheiros, de benfeitores ou equivalentes da entidade de que trata o caput deste artigo; e.....” (NR)



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MECIAS DE JESUS



SF/21260.57657-01

JUSTIFICATIVA

O PLP em destaque visa estabelecer que as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, que prestem serviços nas áreas de assistência social, de saúde e de educação, certificadas nos termos da proposição, sejam isentas de contribuição para a seguridade social.

Assim, considerando a relevância social da proposição e importância das entidades beneficentes, a presente emenda com intuito de contribuir para segurança jurídica, almeja que em caso de dissolução ou extinção, o patrimônio remanescente seja destinado a entidades beneficentes certificadas ou a entidades públicas, preferencialmente, com fins idênticos ou semelhantes, desta forma, viabilizaria a continuidade da finalidade social.

Ainda, a emenda estabelece que nenhum dirigente remunerado poderá ser cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de instituidores, de associados, de dirigentes, de conselheiros, de benfeitores ou equivalentes da entidade, visando complementar o vínculo de parentesco do PLP, dedutível dos republicanos princípios da impessoalidade, da eficiência, da igualdade e da moralidade.

Ante o exposto, considerando a relevância da temática proposta, esperamos contar com o apoio de nossos Pares a sua aprovação.

Sala das Sessões, de novembro de 2021.

Senador MECIAS DE JESUS